



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA E CONTROLE
AUDITORIA-GERAL DO ESTADO**

Audiência Pública
Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º, § 4º
1º quadrimestre de 2005.
7 de junho de 2005

É com satisfação que compareço à Comissão de Acompanhamento de Execução Orçamentária dessa Egrégia Casa de Leis, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos termos do estabelecido no parágrafo 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As informações são elaboradas a partir da consolidação de todos os Poderes e, no âmbito do Poder Executivo, seus órgãos de Administração Direta, autarquias, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Todas as análises apresentadas no presente relatório referem-se à comparação entre o primeiro quadrimestre dos exercícios de 2004 e 2005, e são apresentadas em termos nominais, salvo consideração em contrário.

1. Receitas Correntes

As receitas correntes do primeiro quadrimestre aumentaram 26,41% entre 2004 e 2005. O ICMS, principal imposto estadual, vem apresentando crescimento consistente, conforme demonstra tabela abaixo:

R\$ milhões			
Ano/mês	2004	2005	Evolução 2004/2005
Janeiro	155,56	199,58	28,29%
Fevereiro	151,88	182,91	20,43%
Março	150,25	198,86	32,36%
Abril	160,56	211,31	31,61%
Total 1º quadrimestre	618,25	792,67	28,21%

Mudanças nos critérios de contabilização determinaram a redução escritural de algumas receitas correntes. Em primeiro lugar, a Portaria STN nº916/2004 determinou alteração no registro de obrigações patronais para o exercício de 2005, com o objetivo de evitar a duplicidade de receita na consolidação das contas do Estado. Assim, essas receitas, a partir de 2005, passaram a ser registradas extra-orçamentariamente como repasses. Esse consistiu no principal motivo pelo qual as receitas orçamentárias de contribuições registraram queda, passando de R\$131,52 milhões no 1º quadrimestre de 2004 para R\$97,2 milhões no mesmo período de 2005. O valor das obrigações patronais, registradas como receitas extra-orçamentárias, correspondeu a R\$37,1 milhões no primeiro quadrimestre de 2005.

Em segundo lugar, as aplicações financeiras de recursos de convênios recebidos pelo Estado, antes contabilizadas como receitas patrimoniais, passaram a ser registradas com receitas de transferências voluntárias. Tal modificação implicou redução nas receitas patrimoniais, entre o 1º quadrimestre de 2004 e de 2005, de R\$20,1 milhões para R\$4,9 milhões.

As Transferências Correntes, por sua vez, aumentaram 24,95% no primeiro quadrimestre de 2005, em relação ao mesmo período do ano anterior. As transferências de recursos da União registraram acréscimo de 27,02%, em função da CIDE – Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (aumento de R\$28,9 milhões), do FPE (acrécimo de R\$19 milhões) e das Transferências do Fundef (aumento de R\$15,1 milhões), este último fator basicamente influenciado pelo bom desempenho da arrecadação de competência estadual no período.

2. Receitas de Capital

As receitas de capital registraram redução de R\$112 milhões entre o primeiro quadrimestre de 2004 e de 2005, determinada por receitas de capital extraordinárias de 2004: R\$75,2 milhões do Fundo de Apoio ao Ajuste Fiscal, R\$24 milhões da última parcela de transferência de domínio de rodovias federais e R\$13,8 milhões de receitas de novas operações de crédito, receitas estas que, no primeiro quadrimestre de 2005 corresponderam a apenas R\$260 mil.

3. Receita Corrente Líquida

A RCL consiste, grosso modo, no total da receita corrente acumulada de 12 meses, de todos os Poderes do Estado, deduzida a parcela transferência aos Municípios, por imposição constitucional (25% do ICMS e 50% do IPVA). Trata-se do principal balizador das finanças públicas estaduais, servindo como referência para os limites de despesas de pessoal, custeio, serviços e estoque da dívida, garantias e contragarantias.

A RCL apurada no final do 1º quadrimestre de 2005, de R\$ 2.825,3 milhões, é superior em 28% à correspondente ao mesmo período do ano anterior, de R\$ 2.207,3 milhões.

4. Despesas Correntes

4.1 Despesas de Pessoal

A Portaria STN nº16/2004, para evitar duplicidade no registro das contas consolidadas do Estado, determinou importantes modificações no registro das despesas de pessoal. A partir do exercício de 2005, as obrigações patronais passaram a ser registradas como repasses extraorçamentários que, no primeiro quadrimestre de 2005 alcançaram R\$70,8 milhões. E, no âmbito do MS-Prev, todas as despesas com pagamentos de inativos e pensionistas passaram a ser registradas como despesa de custeio, e não mais como despesas de pessoal, como verificado até o final do exercício de 2004. Essas despesas, no primeiro quadrimestre de 2005, corresponderam a R\$ 107,5 milhões

Quanto aos limites de despesas de pessoal determinados pela LRF, as despesas acumuladas nos 12 meses findos em abril de 2005 alcançaram R\$1.255,7 milhões, correspondentes a 44,44% da RCL. Tal índice é inferior tanto ao apurado no 3º quadrimestre de 2004 (47,03%) quanto ao limite legal de 60% estabelecido na LRF. O quadro abaixo apresenta o limite, desdobrado por Poder:

	3ºQ 2004	1ºQ 2005	% Limite Legal
Poderes			
Executivo	37,22	35,46	49
Legislativo	2,53	2,4	3
Judiciário	5,6	4,17	6
Ministério Público	1,69	1,58	2
Total	47,03	43,61	60

4.2 Despesas de Custeio

As despesas com custeio, incluídas as transferências a municípios, registraram incremento de 44,67% no primeiro quadrimestre de 2005, em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$409,2 milhões para R\$592 milhões. Podem ser apontados como principais fatores para aumento de custeio no período, as modificações contábeis advindas da Portaria STN nº916/2004, que determinou o registro do pagamento de inativos e pensionistas, pelo MS-PREV, como despesas de custeio; o aumento das transferências de receitas para municípios, como decorrência do desempenho das receitas estaduais no período, e o aumento nas despesas de serviços de terceiros (pessoa jurídica).

4.3 Despesas de Capital

As despesas de capital registraram aumento de 28,75% entre o primeiro quadrimestre de 2004 e de 2005. As amortizações da dívida registraram crescimento de 60,84% no mesmo período, em virtude da incorporação de receitas de fundos estaduais na base de cálculo para pagamento da dívida refinanciada com a União e do desempenho positivo das receitas estaduais no período.

5. Resultado Primário e Resultado Nominal

O resultado primário consiste em comparação entre as receitas e as despesas fiscais (não financeiras), para análise da economia que o Estado produz para honrar seus compromissos com o serviço da dívida. O resultado primário alcançado pelo Estado, no primeiro quadrimestre de 2005, foi de R\$346,1 milhões, e nos período de doze meses até abril de 2005, foi de R\$600,6 milhões. A meta de resultado primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o período de janeiro a dezembro de 2005 é de R\$533,3 milhões.

O resultado nominal apurado no 1º quadrimestre de 2005 atingiu o montante de R\$39,9 milhões, que representa a variação da dívida fiscal líquida entre 31.12.2004 e 30.04.2005.

6. Dívida Consolidada Líquida

A LRF estipulou trajetória de redução da dívida estadual em 15 anos. A DCL, que no exercício de 2001 correspondia a 2,94 vezes a RCL, deve chegar, no exercício de 2016, a 2 vezes da RCL. Obedecendo a essa trajetória, a relação dívida/ RCL, estipulada para o final do ano de 2005, é de 2,69. No 1º quadrimestre de 2005, em razão da evolução positiva da RCL ao longo do exercício de 2004/2005, o índice apurado foi de 2,13 vezes, significativamente abaixo do estipulado pela LRF para o ano. A DCL aumentou, no 1º quadrimestre de 2005, R\$39,9 milhões, atingindo montante de R\$6.041,1 milhões.

7. Restos a Pagar

Os Restos a Pagar apresentaram a seguinte movimentação até o final do 1º quadrimestre:

	R\$ mil				
	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	Total
RP's Processados					
Inscrições					
Em 2004	222.560	8.037	8.985	7.260	246.842
Anteriores a 2004	116.615	0	0	0	116.615
Cancelamentos	3	0	0	0	3
Pagamentos	150.989	7.961	8.985	5.991	173.925
Saldo a Pagar	188.183	77	0	1.269	189.529
RP's não processados					
Inscrições	72.778	0	3.689	1.403	77.870
Cancelamentos	7.958	0	565	2	8.524
Pagamentos	44.737	0	2.786	910	48.432
Saldo a Pagar	20.083	0	339	492	20.914
Total saldo a pagar	208.266	77	339	1.761	210.443